

POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E LÍNGUA PORTUGUESA EM MACAU, CHINA: À GUIA DE INTRODUÇÃO¹

ROBERVAL TEIXEIRA-E-SILVA*

MARIA CÉLIA LIMA-HERNANDES**

RESUMO

Este texto é uma introdução a uma pesquisa que busca entender a complexidade das políticas linguísticas de Macau, especialmente em relação à língua portuguesa. Sublinha-se aqui a constituição geopolítica da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM), em termos de sujeitos e línguas que a conformam, e destaca-se um evento político específico – a Declaração Sino-Portuguesa de 1987 – como um marco para a construção de ações para o gerenciamento de línguas no território. O texto ressalta, ainda, o reconhecimento de um *status* transnacional para o idioma e termina sugerindo uma reflexão sobre o conceito de língua. Por fim, aponta para a urgência da adoção de medidas políticas que considerem o português como língua policêntrica e que reconheçam o território como imerso em globalização, superdiversidade e multilinguismo.

PALAVRAS-CHAVE: política linguística, língua portuguesa, Macau.

1 INTRODUÇÃO

A proposta deste texto é abrir um diálogo que propicie encaminhamentos para a compreensão da complexidade das políticas linguísticas de Macau, especialmente em relação à língua portuguesa. Enfatiza-se nesta discussão o estatuto constitutivo da geopolítica na Região Administrativa Especial de Macau (RAEM). Para dar conta desse intento, consideram-se os sujeitos e as línguas que consubstanciam esse

* Professor Doutor da Faculdade Artes e Humanidades, Departamento de Estudos Portugueses da Universidade de Macau, República Popular da China, Macau, China.
E-mail: robts@umac.mo

** Livre-docente da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.
E-mail: mceliah@usp.br

espaço, especialmente após o advento político específico da *Declaração Sino-Portuguesa de 1987*, um marco para a construção de ações e para o gerenciamento de línguas no território. São intentos com este texto, ainda, abordar o reconhecimento do *status* transnacional para o idioma e provocar, em consequência, reflexões sobre o conceito de língua. O encaminhamento dessas discussões conduzirá a que se conceba como premente a adoção de medidas políticas que considerem o português como língua policêntrica e que reconheçam o território como imerso em globalização, superdiversidade e multilinguismo.

2 A SITUAÇÃO SOCIOPOLÍTICA DE MACAU

Nesta seção, tratamos brevemente de aspectos históricos do contato entre chineses e portugueses, num período em que Macau iniciava sua tendência de ponto de contato entre oriente e ocidente, resvalando-se em fatos que, embora distantes no tempo, permitem traçar sua dinâmica e *status quo*. Idealmente, em vez de “chineses” e “portugueses”, deveríamos nos referir a asiáticos e portugueses continentais e do mundo. A complexidade de origens, inclusive de línguas portuguesas faladas por esses navegadores, não pode ser demarcada cartesianamente. Da mesma forma, chineses – de diferentes origens e falando diferentes línguas –, além de asiáticos outros, constituem os mosaicos que vão se formando e se desfazendo em muitos momentos na história, criando várias e muitas “Macaus” perdidas no tempo e essa “Macau” de hoje, contemporaneamente inventada.

2.1 “Descobrimto” e estabelecimento da língua portuguesa na China

Apartir de 1512, uma série de abordagens portuguesas ao território chinês levou ao estabelecimento de um entreposto comercial que, em 1557, foi, em acordo, assumido pela China como sob administração de Portugal.

Assim, começa uma aventura sociolinguística que levou a língua e a cultura portuguesa a entrar em interação com outras línguas e culturas do oriente, constituindo mais um núcleo explicitamente pluricultural em que ocidentes e orientes passaram a conviver (ou ao menos dividir) em um espaço na Ásia.

Administrativamente, a situação perdura até 1999, quando, em acordo mais uma vez (Declaração Sino-Portuguesa de 1987),² a China reassume a região sob o princípio “um país, dois sistemas”. Renomeado como Região Administrativa Especial de Macau (RAEM), o território adotou nova bandeira.

FIGURA 1 - DESENHO DA BANDEIRA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU, REPÚBLICA POPULAR DA CHINA



Disponível em: <http://bo.io.gov.mo/bo/I/1999/leibasica/index.asp>

A dinâmica da bandeira mostra uma flor de lótus desabrochando na direção das estrelas – a China – em três pétalas: a Península, a ilha de Taipa e a ilha de Coloane. Esse movimento se dá no ambiente do território que é cercado pelas águas do Rio das Pérolas e do mar e ligado por uma ponte. Essa é a Macau de hoje, com os seus mais ou menos 29 quilômetros quadrados, que vai ainda geograficamente se ampliando nesse espaço entre terras e águas. E que se situa em um lugar simbólico de identidades nacionais e étnicas fugidias.

Até pelo menos 2049, Macau deverá permanecer capitalista, segundo o acordo assinado entre Portugal e a China. Em função desse processo, as línguas de poder oficial e de uso cotidiano presentes na região (o português e o cantonês) passaram a receber um foco maior de atenção, fato que é gerado no bojo do questionamento sobre o futuro destino dos traços portugueses (incluindo a língua) nesse espaço geográfico.

O cantonês é a língua majoritariamente falada no ambiente familiar e cotidiano entre os chineses da região. A língua portuguesa,

até 1999, era “a língua da administração, da classe governante, do funcionalismo público e do Direito” (GROSSO, 2007, p. 18). Essas línguas não tinham, na prática oficial, até o *handover*, estatuto similar: o cantonês não concorria com o português na esfera do governo. Após esse marco histórico, as duas línguas se emparelham em estatuto político, sendo consideradas ambas de uso oficial, embora o chinês (o mandarim e principalmente o cantonês) passe a se tornar dominante na administração, nos negócios e na vida cotidiana, porque a quase totalidade dos cidadãos nunca aprendeu o português.

A manutenção do português como língua oficial pode soar como um contrassenso, mas devemos nos lembrar de que, com a chegada dos portugueses, a região foi ganhando importância significativa nas relações comerciais e culturais entre ocidente e oriente. Essa sua posição vai gradualmente crescendo e só começa a declinar com a ascensão portuária de Hong Kong, cuja infraestrutura concedeu a esse espaço uma posição privilegiada em relação a Macau.

Entretanto, o crescimento econômico da RAEM, nos últimos quinze anos, ganhou imenso impulso, sobretudo com a abertura de novos cassinos e a conseqüente ampliação de serviços que giram em torno do jogo. Esse impulso é tão impactante que coloca Macau na quarta posição mundial em termos de renda *per capita*, conforme se pode verificar nos Quadros a seguir:

QUADRO 1 - MACAU E CHINA (RENDA *PER CAPITA*)

País	2008	2010	2012
Macau RAE, China	40,847	53,046	78,275
China	3,414	4,433	6,091

Disponível em: <<http://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.PCAP.CD>>

QUADRO 2 - MACAU E OUTROS PAÍSES (RENDA *PER CAPITA*)

País	2008	2010	2012
1º Luxemburgo	112,029	103,574	107,476
2º Noruega	95,190	86,156	99,558
3º Suíça	68,555	70,573	79,052
4º Macau RAE, China	40,847	53,046	78,275

Disponível em: <<http://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.PCAP.CD>>

O vertiginoso crescimento econômico, todavia, não corresponde a desenvolvimento na mesma proporção. Macau sofre com uma série de problemas relativos, sobretudo, à gestão educacional, que é fruto e reflexo também da questão do planejamento linguístico.

2.2 Línguas e população

Por ser um espaço economicamente próspero, Macau atrai muitas levas de imigrantes, o que, ao mesmo tempo, provoca a adoção de medidas cautelosas em relação à circulação de pessoas. Nesse sentido, em termos linguísticos, forma-se um mosaico, muito típico da Ásia (e do mundo antes dos recortes efetuados na constituição de nações-estados), e que é também representativo da modernidade líquida (BAUMAN, 2001), da globalização (BLOMMAERT, 2010) e da mobilidade vertiginosa (VERTOVEC, 2007) que vivemos em muitas áreas do planeta.

Em termos populacionais, costuma-se enfatizar que Macau é uma região formada fundamentalmente por chineses, portugueses e macaenses (TEIXEIRA E SILVA; MOUTINHO, 2010). Entretanto, na conjuntura atual, a representatividade desses grupos ganha diferentes nuances em relação a número e a poder. E mais especialmente, o que se associa a cada um desses grupos em termos de traços, características e marcas categorizantes não parece adequado, pelo fato de que toda comunidade/nação é imaginada (HALL, 2006) e de que identidades são performances local e globalmente situadas e não entidades essencializadas que podem ser identificadas com formas delimitadas (HALL, 2006; BAUMAN, 2005; BUCHOLTZ e HALL, 2005; MOITA LOPES, 2002, 2012). Dessa forma, não é possível aprisionar/rotular grupos. Observar as dinâmicas em que se inscrevem e as suas performances parece-nos mais adequado para entender as construções sociais, as afiliações e os agrupamentos que se vão fazendo.

Entretanto, embora sejam inadequados para entender o movimento sociocultural, censos podem trazer algumas informações interessantes. Dessa forma, vamos lançar mão de dados gerais provenientes do Censo de 2011 de Macau para discutir alguns aspectos ligados às línguas e aos sujeitos, atentando para a língua portuguesa.

A partir do Quadro a seguir, observamos que, de 2001 a 2011, há a diminuição de sujeitos que se consideram com ascendência chinesa e

portuguesa e aumento de pessoas migrantes de outras partes do mundo, neste caso passando de 2,3% (10.047 sujeitos) para 6% (33.015 sujeitos) da população (ver ascendência “Outra”).

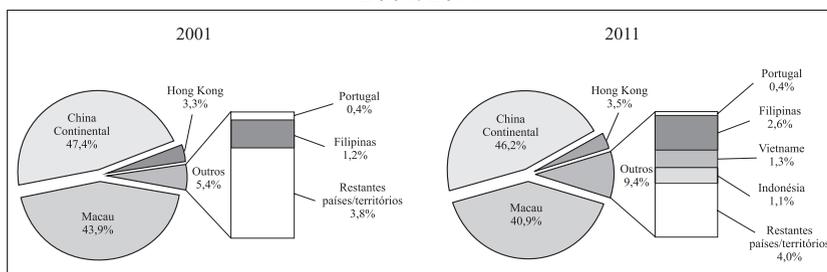
QUADRO 3 - DISTRIBUIÇÃO POPULACIONAL POR ASCENDÊNCIA

ASCENDÊNCIA	2001		2011	
	Total	%	Total	%
População total	435.235	100	552.503	100
Chinesa	416.353	95,7	510.383	92,4
Chinesa e portuguesa	4.254	1	4.019	0,7
Portuguesa	2.810	0,6	3.485	0,6
Chinesa e não portuguesa	1.771	0,4	1.801	0,3
Outra	10.047	2,3	33.015	6
Portuguesa e outra	700	0,2	602	0,1

Fonte: 2011 人口普查 / 詳細結果/ Resultados dos Censos 2011 (p. 63)

Esses dados ficam mais evidentes no gráfico a seguir, a partir do qual podemos buscar a correspondência com a informação referente ao local de nascimento desses grupos migratórios.

GRÁFICO 1 - DISTRIBUIÇÃO POPULACIONAL POR LOCAL DE NASCIMENTO:
2001/2011



Fonte: 2011 人口普查 / 詳細結果/ Resultados dos Censos 2011 (p. 62)

Mesmo relativizando os resultados de censos – de natureza quantitativa essencialista, como já apontamos –, aqui o de 2011 parece indicar que a população de Macau torna-se explícita e quantitativamente cada vez mais diversificada, o que nos faz construir a perspectiva de

que, potencialmente, estão frente a frente, em diferentes espaços de interação, sujeitos com os mais variados e imprevisíveis perfis.

Macau se desenha a partir de levas de imigrantes provenientes de diferentes partes da China. Apesar da sugestão de uma homogeneidade aparente sob a rubrica “China Continental” (47,4% em 2001 e 46,2% em 2011), esses imigrantes são sujeitos que dominam e usam diferentes dialetos/línguas chineses, o que já aponta para uma grande diversidade linguístico-cultural.

A homogeneidade da rubrica “Macau” como local de nascimento (43,9% em 2001 e 40,9% em 2011) também encobre uma grande diversidade, uma vez que esses sujeitos nascidos em Macau têm na língua dos pais, avós, bisavós, e assim por diante, um outro *pool* de diversidade linguístico-cultural.

Somando-se aos chineses nascidos em Hong Kong (3,3% em 2001 e 3,5% em 2011) e ainda aos nascidos em outros espaços (5,3% em 2001 e 9,4% em 2011), configura-se uma miscelânea de línguas e culturas que potencializa um ambiente como gerador de identidades e performances multi, pluri, inter, transculturais. Esta condição da contemporaneidade delinea e compele a ações políticas para o entendimento e gestão dessa superdiversidade (VERTOVEC, 2007).

No que se refere às línguas, embora não haja correspondência entre local de nascimento, nacionalidade e língua(s), especialmente em se tratando de espaços milenares de interação humana como os da Ásia, nos quais os sujeitos são políglotas, podemos verificar também uma diversificação importante para se pensar em política linguística em Macau. Interessa-nos observar especialmente o domínio de línguas.

Relativizando o conceito de língua, no censo tomada como uma entidade bem delimitada, com base no Quadro 4, a seguir, constatamos que, em meio a uma grande maioria que tem o cantonês como língua corrente, surgem o mandarim e o inglês como idiomas de expressiva presença. Importa-nos, aqui, mais atestar essa convivência de línguas do que descrever a sua motivação, como a entrada de muitos trabalhadores imigrantes (da China e de outros espaços), a política do governo central chinês para a divulgação do mandarim, ou o uso do inglês como língua franca internacional. Verificamos, então, que, em 2011, tanto o inglês como o mandarim tornam-se línguas cada vez mais conhecidas e usadas pela população. Especialmente destacamos o mandarim, que, como

língua que os sujeitos alegam falar, passa de 26,7% (em 2001) para 41,4% (2011).

QUADRO 4 - DOMÍNIO DE LÍNGUAS

LÍNGUA	LÍNGUA CORRENTE			OUTRA LÍNGUA QUE SABE FALAR		
	2001	2011	DIFERENÇA (pontos percentuais)	2001	2011	DIFERENÇA (pontos percentuais)
Total	100,0	100,0	-	-	-	-
Cantonês	87,9	83,3	-4,6	94,4	90,0	-4,4
Mandarim	1,6	5,0	3,4	26,7	41,4	14,7
Dialeto Fujian	4,4	3,7	-0,7	7,3	6,9	-0,4
Outros dialetos chineses	3,1	2,0	-1,1	10,4	8,8	-1,6
Português	0,7	0,7	-	3,0	2,4	-0,6
Inglês	0,7	2,3	1,6	13,5	21,1	7,6
Outra	1,7	3,0	1,3	4,3	7,2	2,9

Fonte: 2011 人口普查 / 詳細結果/ Resultados dos Censos 2011 (p. 65)

No que se refere à língua portuguesa, por outro lado, percentualmente o seu domínio diminui de 3% (2001) para 2,4% (2011). Os números, contudo, são perigosos por si sós: eles só fazem sentido se interpretados à luz das dinâmicas sociais. No entanto, é necessário enfatizar que o crescimento ou diminuição quantitativos têm efeitos qualitativos e socioculturais intensos. No caso de Macau, a diminuição numérica apontada no censo não significa menos importância e/ou menor interesse pela língua portuguesa. Diferente do período colonial, como já veremos, a busca do domínio dessa língua aponta para um crescimento que em qualidade não se expressa no Quadro 4.

Muitas línguas não aparecem nos quadros apresentados. Destacamos, especialmente, o tagalog (das Filipinas), que, depois das línguas chinesas (faladas por sujeitos da China Continental, de Macau e de Hong Kong), é a língua falada pelo maior grupo de imigrantes não chineses da RAEM. Além disso, como pudemos verificar no quadro distribucional de proveniências migratórias, no Quadro 3, ficam ainda de fora as línguas das expressivas comunidades de vietnamitas e de

indonésios. Com a presença desses grupos, de suas línguas e culturas, ampliam-se as línguas correntes e conhecidas pela população de Macau. Pensando-se em políticas linguísticas, essa diversidade toda precisa ser contemplada. Nesse ambiente, figura a língua portuguesa.

3 COMEÇO DE NOVAS POLÍTICAS PARA A LÍNGUA PORTUGUESA: A DECLARAÇÃO SINO-PORTUGUESA DE 1987

Políticas linguísticas para o ensino e difusão das línguas em Macau não têm uma tradição. O marco fundamental para uma mudança mais significativa no que concerne a políticas linguísticas, em geral, e para a língua portuguesa, em especial, começa nos anos finais da década de 80, com a Declaração Sino-Portuguesa de 1987, quando o português, por exemplo, passa a receber um tratamento mais pragmático. Essa Declaração, que projetaria uma nova Macau a partir de 1999, promoveu, na década anterior, uma nova agenda de atitudes. A esse respeito, Sena (1997, p. 127-128) é esclarecedor, quando analisa o estatuto da língua portuguesa à luz do campo jurídico:

Até o início da década de noventa do século XX, a política linguística de Macau foi marcada por um absoluto monolingüismo oficial, ao qual correspondeu, consoante as épocas e as políticas coloniais da metrópole, um monolingüismo, ou um bilingüismo disjuntivo, jurídicos. Sem nunca se ter proclamado o português como língua oficial de Macau, a legislação que foi sendo produzida destinava-se a reforçar o estatuto desta língua ou, a título de exceção, a fazer concessões ao uso da língua chinesa. A tendência notada para um “crescendo de coercitividade e endurecimento legislativo em relação à língua portuguesa”, na razão inversa da perda de prestígio social do português, resultou num considerável volume legislativo impositivo da supremacia da língua oficial [...]

Bray e Kwo (2003, p. 419) também sublinham o fato, porém sob outra ótica:

[...] the 1987 Sino-Portuguese Declaration [...] set a clear timetable for reversion to Chinese administration, and caused the government to be much more proactive in all sectors, including education.

Em cada análise, independentemente da área de vinculação, notamos a constatação de que, apenas nesse momento, a questão das línguas passa a fazer parte das preocupações políticas do território.

A partir dessa Declaração, novas atitudes passam a ser assumidas no que tange à dinâmica das línguas na futura RAEM. O espaço da língua portuguesa e das línguas chinesas mais proeminentes na região (cantonês e mandarim) passa a ser repensado tanto em termos legais quanto em termos de ensino. É significativo, por exemplo, apontar que a língua chinesa só é declarada língua oficial de Macau com o Decreto n. 455, de 1991.

O Decreto-Lei n. 455/91, de 31 de Dezembro, que declara que a língua chinesa tem em Macau estatuto oficial e a mesma força legal que a língua portuguesa, é um ponto de viragem radical na política e no direito linguístico de Macau. (SENA, 1997, p. 129)

Esse decreto nasce no mesmo momento em que o governo de Macau assume a Universidade da Ásia Oriental, antes não pertencente ao governo local, erigindo-se as duas instituições públicas de maior prestígio ligadas ao ensino do português na RAEM: o Instituto Politécnico de Macau e a Universidade de Macau. A fundação/reconfiguração dessas duas instituições é de suma importância para o ensino do português, especialmente, e para a construção de uma competitividade – se não exatamente acadêmica, pelo menos de mercado – dentro do território, o que produz implicações na China.

Um ponto fundamental, a partir de 1999, é que a língua portuguesa ganha projeção e interesse, e atinge hoje um *status* que propicia a algumas perspectivas de análise pensá-la como língua internacional, como língua transnacional e como língua policêntrica (MOITA LOPES, 2012). A argumentação de Teixeira e Silva (2012, p. 9) ilustra esse fato:

Em 1999, quando Macau passou a ser denominada Região Administrativa Especial de Macau (RAEM), no processo de retorno de sua administração para a China, a língua portuguesa no território parecia ter um destino intransitivo. No entanto, o que verificamos hoje, uma época pós-colonial, pós-estruturalista, pós-multicultural, é a presença, cada vez mais expressiva, de uma língua que se enriquece com novas marcas e tonalidades e que ganha mais espaços políticos tanto nessa região, com pouco menos de trinta quilômetros quadrados, quanto no mundo.

Algumas estatísticas apontam para esse crescimento. O Quadro 5, a seguir, descreve o número de alunos do Departamento de Português, da Universidade de Macau, de 2004 a 2011.

QUADRO 5 - NÚMERO DE ALUNOS DO DEPARTAMENTO DE PORTUGUÊS, UNIVERSIDADE DE MACAU, 2004 A 2011

ANO LETIVO	PROGRAMA		ALUNO
2004/2005	(FSH) Department of Portuguese	Portuguese Studies	66
2005/2006	(FSH) Department of Portuguese	Portuguese Studies	117
2006/2007	(FSH) Department of Portuguese	Portuguese Studies	162
2007/2008	(FSH) Department of Portuguese	Portuguese Studies	197
2008/2009	(FSH) Department of Portuguese	Portuguese Studies	214
2009/2010	(FSH) Department of Portuguese	Portuguese Studies	210
2010/2011	(FSH) Department of Portuguese	Portuguese Studies	227

Verificamos um aumento de quase 100% de demanda, comparando 2005/2006 (117 alunos) a 2011 (227 alunos). Contrapondo esse número com os 26% de aumento da população entre 2001 e 2011, notamos um substancial crescimento. Também o Instituto Português do Oriente, uma instituição tradicional no ensino de português na RAEM que oferece cursos livres de português como língua estrangeira, apresenta uma outra estatística que reforça essa constatação.

QUADRO 6 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS NO INSTITUTO PORTUGUÊS DO ORIENTE, 2000 A 2010

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS NO IPOR		
Ano lectivo	1º semestre	2º semestre
2000/2001	328	296
2001/2002	402	376
2002/2003	440	476
2003/2004	796	832
2004/2005	1093	1079
2005/2006	1125	1232
2006/2007	1502	1194
2007/2008	1308	1147
2008/2009	1189	1208
2009/2010	1298	---

Fonte: Jornal *Tribuna de Macau*, 21 de janeiro de 2010

Considerando o ano letivo de 2000/2001, verifica-se que 624 alunos matricularam-se. Comparando apenas com o 1º Semestre do ano 2009/2010, em que havia 1298 alunos matriculados, torna-se nítido o crescimento da demanda pela aprendizagem da língua. E dessas estatísticas poderiam fazer parte outros quadros de outras instituições.

Esse movimento, entretanto, não é fruto de uma política linguística efetiva ou de longa data de Macau, mas reflexo de um dinamismo internacional que imprime à língua portuguesa um valor de mercado singular na última década (OLIVEIRA, 2012). As estratégias do Governo Central chinês têm sido impactantes nesse processo, com a fundação do Fórum de Macau³ e com a proposição de Macau como uma plataforma nas relações entre a China e os países de língua portuguesa.

Em resumo, em Macau e na China, o português está sendo falado por sujeitos com heranças linguísticas e culturais imprevisíveis: são tradutores, intérpretes, professores, agentes consulares, empresários, futebolistas, empregados domésticos, jornalistas, médicos... provenientes de Macau, da China, de países de língua oficial portuguesa, de países da Ásia e ainda de muitos outros espaços. Além da multiplicidade de falantes, no contato com falantes de outras línguas, o português ganha diferentes facetas em Macau (TEIXEIRA E SILVA, 2013):

- “It is first, second, third... language...
- It is Lingua franca for some communities...
- It is considered the place for a naive and harmonious encounter between individuals and cultures;
- It is viewed as scenario of conflicts;
- It is used for separate, isolate... and protect different communities;
- It marks belongings;
- It is arena for the construction of identities;
- It is constituted as instrument of power and domination;
- It can be used for trying to erase other languages and it suffers the opposite process;
- It still brings (neo) colonial ideologies;
- It is the place for literary creation;
- It can be used as mechanism for social mobility;
- It is the site of fiction both in art and in life.”

Os trabalhos que adotam a perspectiva de que essa língua tem impacto pouco significativo, na verdade, deixam de considerar o aspecto qualitativo de existência que lhe permite assumir hoje as facetas indicadas.

Mas que se sublinhe: entre as facetas que a língua apresenta e um efetivo e bem conduzido trabalho em políticas linguísticas, há ainda uma grande distância.

4 COMENTÁRIOS FINAIS

Este texto foi elaborado para ser uma introdução a um conjunto de trabalhos que busca entender a complexidade das políticas linguísticas de Macau, especialmente em relação à língua portuguesa. O que quisemos sublinhar aqui, fundamentalmente, é que, no espaço local da RAEM, tem se refletido um processo global em que o português, em meio a outras línguas do mundo, passa a ganhar e criar espaço com novas nuanças.

Esse movimento exige necessariamente um redimensionamento de como a língua portuguesa é vista no território. Como coloca Teixeira e Silva (2012), é preciso superar a perspectiva de que existem “línguas puras, homogêneas, associáveis a um povo específico e faladas, com exclusividade, em um território circunscrito”, e assumir o português como língua policêntrica (MOITA LOPES, 2012) e sem fronteiras radicais (MAKONI, 2012). Em processo interativo, consequente e concomitante, também é preciso que se repense a forma como essa língua pode ser gerida a partir da adoção de um conjunto de ações políticas conectadas e condizentes com esse mundo globalizado, superdiverso, multilingue e policultural em que a cidade de Macau está inserida.

LANGUAGE POLICIES AND PORTUGUESE LANGUAGE IN MACAU, CHINA:
AN INTRODUCTION

ABSTRACT

This text is an introduction to a research that aims to understand the complexity of the language policies of Macau, especially in relation to the Portuguese language. Thus underlines the geopolitical establishment of the Macau SAR, in terms of subjects and languages that constitute it, and highlights a specific

political event – the Sino-Portuguese Joint Declaration of 1987 – as a framework for the construction of actions for managing languages in the territory. Also includes the recognition of a transnational status for the Portuguese language and ends by suggesting the necessity for a reflection on the concept of language and the urgency of adopting language policies that consider the Portuguese as a polycentric language and that recognize the territory as immersed in globalization, multilingualism and super-diversity.

KEY WORDS: language policy, portuguese language, Macau.

POLÍTICAS LINGÜÍSTICAS Y LENGUA PORTUGUESA EN MACAO, CHINA:

A GUIA DE INTRODUCCIÓN

RESUMEN

Este texto es una introducción a una investigación que busca entender la complejidad de las políticas lingüísticas de Macao, especialmente con relación a la lengua portuguesa. Se subraya aquí la constitución geopolítica de la Región Administrativa Especial de Macao (RAEM), en términos de sujetos y lenguas que la conforman, y se destaca un evento político específico – la Declaración Chino-Portuguesa de 1987 – como un marco para la construcción de acciones para la gerencia de lenguas en el territorio. El texto resalta, además, el reconocimiento de un status transnacional para el idioma y termina sugiriendo una reflexión sobre el concepto de lengua. Finalmente, apunta hacia la urgencia de la adopción de medidas políticas que consideren el portugués como lengua policéntrica y que reconozcan el territorio como inmerso en globalización, superdiversidad y multilingüismo.

PALABRAS CLAVE: Política lingüística, lengua portuguesa, Macao.

NOTAS

- 1 Este texto teve origem em nossa conferência apresentada no IV SIMELP, Universidade Federal de Goiás, em 4 de julho de 2013.
- 2 Declaração conjunta do governo da República Portuguesa e do governo da República Popular da China sobre a questão de Macau. Disponível em: <<http://bo.io.gov.mo/bo/i/88/23/dc/pt/>>. Acesso em: dez. 2013.
- 3 Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Macao). Disponível em: <<http://www.forumchinapl.org.mo/pt/index.php>>.

REFERÊNCIAS

- 2011 人口普查 / 詳細結果/ RESULTADOS DOS CENSOS 2011. Centro de Documentação e Difusão de Informação da DSEC. Macau. Disponível em: <http://www.dsec.gov.mo/getAttachment/564633df-27ea-4680-826c-37d1ef120017/C_CEN_PUB_2011_Y.aspx>. Acesso em: nov. 2012.
- BAUMAN, Z. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- _____. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BLOMMAERT, J. *The sociolinguistics of globalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- BRAY, M.; KWO, O. Higher education in small territories: political transition and development in Macau. *Higher Education Policy*, v. 16, p. 413-432, 2003.
- BUCHOLTZ, M.; HALL, K. Identity and interaction: a sociocultural linguistic approach. *Discourse Studies*, October, 2005.
- GROSSO, M. J. dos R. *O discurso metodológico do ensino do português em Macau a falantes de Língua Materna Chinesa*. Macau: Universidade de Macau, 2007.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- LEI BÁSICA DE MACAU. Disponível em: <<http://bo.io.gov.mo/bo/i/1999/leibasica/index.asp>>. Acesso em: ago. 2012.
- MAKONI, S. A critique of language, languaging and supervernacular. *Muitas vozes*, Ponta Grossa, v. 1, n. 2, 2012.
- MOITA LOPES, L. P. *Identidades fragmentadas: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade na escola*. Campinas: Mercado de Letras, 2002.
- _____. *O português do século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico*. São Paulo: Parábola, 2012.
- OLIVEIRA, G. Um Atlântico ampliado: o português nas políticas linguísticas do século XXI. In: MOITA LOPES, L. P. (Org.). *O português do século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico*. São Paulo: Parábola, 2012.
- SENA, P. Direito linguístico de Macau. *Revista de Llengua i Dret*, n. 28, Barcelona, 1997.
- TEIXEIRA E SILVA, R. Apresentação. In: TEIXEIRA E SILVA, R. (Org.). *Linguagem, cultura e interação: espaços simbólicos construídos em língua portuguesa na China e em Macau*. *Fragmentum*, v. 1 e 2, n. 35, 2012.

_____. *For a literacy in portuguese under an international perspective*. Paper presented at ICAS, 8. Panel 301. Macau, 2013.

TEIXEIRA E SILVA, R.; MOUTINHO, R. O ensino de língua portuguesa em Macau/China. Revista *SIPLE1*, 2010. Disponível em: <http://www.siple.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=107:o-ensino-de-portugues-como-lingua-nao-materna-plnm-&catid=16:portugues-no-mundo&Itemid=61>. Acesso em: ago. 2013.

THE WORLD BANK. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.PCAP.CD>>. Acesso em: ago. 2013.

VERTOVEC, S. Super-diversity and its implications. *Ethnic and Racial Studies*, v. 30, 2007.